



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ATA DA 74ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2018.

No dia 31 de outubro de 2018, às 10h00, na sala de reunião do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sito à Rua Voluntários da Pátria, 596 – 1º andar – sala 50, foi realizada a 74ª reunião do conselho de Transparência da Administração Pública.

ABERTURA - DRA. EUNICE PRUDENTE

A conselheira presidente iniciou a sessão agradecendo a presença dos senhores conselheiros e cumprimentando os aniversariantes do mês, conselheiros LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS (Ordem dos Advogados do Brasil) e VICTÓRIA YURKIN SMALKOFF (Secretaria de Planejamento e Gestão).

APRECIÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Prosseguindo foi submetida à apreciação a ATA da 73ª reunião realizada dia 26 de setembro de 2018 e já enviada aos e-mails dos conselheiros. Em votação foi aprovada por unanimidade.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em reunião anterior, os conselheiros relatores, FLORÊNCIO DOS SANTOS PENTEADO SOBRINHO e LAURA BARACAT BEDICKS expuseram dificuldades quanto ao entendimento de normas da LEI nº 13.709, de 2018, recente legislação de proteção de dados pessoais quando contextualizadas com disposições da lei de acesso à informação, LEI nº 12.527, de 2011, premissas muito importante para a Administração Pública como responsável pela identificação dos cidadãos e mantenedora de dados pessoais, além de ser-lhe imposto dever de transparência no gerenciamento do interesse público. Ciente destas e de outras questões postas pelo advento da nova legislação de proteção de dados, o Executivo Paulista instituiu, fundamentado no princípio da legalidade, grupo de estudos e trabalhos no âmbito da Procuradoria Geral do Estado. Após análises e discussões decidiu este colegiado encaminhar seus questionamentos ao mencionado grupo da PGE. Cumprindo esta decisão, desde o início do mês, relatório com as dúvidas aqui suscitadas se encontram com a presidente do grupo de estudos da PGE, Dra. RENATA SANTIAGO PUGLIESE.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MINUTA DE DECRETO INSTITUIDOR DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em seguida, esclareceu-se providências quanto ao encaminhamento ao governo estadual das minutas aprovadas pelo colegiado, quanto à formação paritária do conselho, bem como sua justificativa a serem enviadas formalmente, mas também com solicitação que seja agendada uma audiência com o Senhor Governador, Dr. MARCIO FRANÇA, para apresentação pessoal do decreto. Cabendo à Ouvidoria Geral do Estado tomar essas providências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS DA FGV
PROPOSTAS DE TEMAS PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO MPGPP

O conselheiro VAGNER DINIZ encaminhou ao Conselho de Transparência mensagem do Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (MPGPP) FGV, Professor Dr. CLAUDIO GONÇALVES COUTO, solicitando sugestões de possíveis temas para trabalhos de conclusão do mestrado profissional. Como mestre pelo curso MPGPP, o conselheiro trouxe ao conselho seu parecer:

“Um dos problemas de nosso maior interesse é identificar a efetividade do trabalho do Conselho de Transparência. O que implicaria em criar indicadores, utilizá-los, gerar um diagnóstico e proposição de solução. Para tanto, temos uma base com mais de 50 deliberações emanadas pelo Conselho (2), algumas com impacto localizado e outras com impacto em toda a administração pública estadual. Mas, não temos um processo de seguimento da implementação das deliberações e, portanto, da efetividade delas.”

Em momento bastante efusivo do conselho, a proposta foi aprovada por unanimidade, face a proximidade de interesses buscados pelo Conselho de Transparência e a FGV, cujas pesquisas e difusão de conhecimentos há décadas contribui com o desenvolvimento do Brasil. Travou-se intenso debate na sessão em torno da implementação e efetividade das 56 DELIBERAÇÕES encaminhadas como recomendações à Administração Pública Estadual. Aceita a proposta de atuação com a FGV deverá ser posta em discussão a implementação daquelas recomendações aprovadas.

PRÓXIMA REUNIÃO

O adiamento do horário interrompeu as discussões que prosseguirão na próxima reunião. Assim a sessão foi encerrada.

A próxima reunião será dia 28 de novembro de 2018, quarta-feira, às 10 horas.

CONSELHEIROS

CARLOS AUGUSTO COSTA RICARDO _____
Casa Civil

DENISE AUAD _____
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo

EDSON LUIZ VISMONA _____
Associação Brasileira de Ouvidores



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE _____

Ouvidoria Geral do Estado

FLORÊNCIO DOS SANTOS PENTEADO SOBRINHO _____

Secretaria da Fazenda

IEDA PIMENTA BERNARDES _____

Arquivo Público do Estado

LAURA BARACAT BEDICKS _____

Procuradoria Geral do Estado

LUCIANO CAPARROZ PEREIRA DOS SANTOS _____

Ordem dos Advogados do Brasil

LUIZ CORREIA LIMA _____

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

MARCOS TADEU RIOLI _____

Ministério Público do Estado de São Paulo

MEIRE MARIN HERNANDES SILVA LEME _____

Casa Civil

TATIANA OLIVEIRA RIELI MUNHOZ _____

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

VAGNER DINIZ _____

W3Brasil

VICTÓRIA YURKIN SMALKOFF _____

Secretaria de Planejamento e Gestão